



Resumo de Notícias

18/05/2016 - Instituto Telecom

Senadores querem explicações sobre fusão de ministérios

Comissões do Senado querem explicações dos titulares das pastas sobre a fusão de ministérios. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado aprovou, nesta terça-feira, 17, requerimento para ouvir o novo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab. A pasta, resultado da junção de dois ministérios (Comunicações e Ciência e Tecnologia), foi assumida pelo político no governo interino do presidente Michel Temer.

O senador Walter Pinheiro (sem partido-BA) defendeu a ida do novo ministro ao colegiado para apresentar o plano de trabalho da pasta, já no novo formato: "Acho oportuno esse bom debate. Há uma apreensão muito grande do segmento em função da fusão. Não que não seja normal fazer fusão de ministérios, mas vale lembrar que o grande ganho, até no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi o fortalecimento do Ministério de Ciência e Tecnologia".

O senador baiano defendeu também a presença de representantes de centros de pesquisas para integrar o grupo que vai participar de audiência pública preparatória à vinda do ministro. "A minha proposta é acrescentar à sugestão do senador Cristovam Buarque, de ter representantes das universidades, e também dar a oportunidade de ouvir os representantes dos grandes centros de pesquisa do Brasil. Aí você faria um debate com três eixos: quem trabalha com a ciência, as universidades, e os responsáveis pela formação e pesquisa. Depois, receberemos o ministro para apresentar o seu plano de trabalho", explicou.

A CCT pretende realizar esta primeira reunião na próxima terça-feira, 24. Entre os convidados, participarão do debate representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fórum de representação de Universidades e das Academias Brasileira de Pesquisas. Entidades das telecomunicações e da radiodifusão não foram incluídas.

Cultura

Por solicitação dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Telmário Mota (PDT-RR), a Comissão de Educação (CE) aprovou também nesta terça-feira a realização de audiência pública e convocação do novo ministro da Educação e Cultura, Mendonça Filho. Na pauta, a extinção do Ministério da Cultura.

Os senadores consideram que a questão deve ser discutida com urgência e, por isso, querem ouvir o ministro já na próxima terça-feira, 24. O presidente do colegiado, senador Romário (PSB-RJ), garantiu que fará esforços para que o encontro se dê "o mais rápido possível".

Também a pedido de Randolfe e de Telmário, será realizada, posteriormente ao encontro com Mendonça Filho, outra audiência pública com artistas e produtores culturais. Entre os convidados propostos pelos senadores para participar do debate estão os cineastas Luís Carlos Barreto, Ana Muylaert e Cacá Diegues; a produtora Paula Lavigne; os atores Wagner Moura, Tiago Lacerda e Odilon Wagner; o cantor Roberto Frejat; e os ativistas Bia Barboza, do Coletivo Intervezes, e Pablo Capilé, do Movimento Fora do Eixo. Também foram convidados professores universitários e representantes de museus e associações teatrais.



Resumo de Notícias

18/05/2016 - Instituto Telecom

Entidades exigem revogação da exoneração do presidente da EBC

Mais de 200 entidades e quase três mil ativistas de movimentos sociais, jornalistas e profissionais de diversas categorias já subscreveram o Abaixo assinado lançado no dia 17/05 pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. A íntegra do documento segue abaixo, com link para quem deseja se juntar a essa luta.

EM DEFESA DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A democracia e a comunicação estão intrinsecamente ligadas. A manifestação de toda a pluralidade de atores enriquece a democracia, ampliando a capacidade de encontrar soluções que contemplem toda a sociedade. Por outro lado, a ausência de diversidade cria falsas unanimidades e prejudica o debate público.

Como fruto da luta da sociedade brasileira pelo direito à comunicação, a Constituição Federal prevê a complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão. O passo mais significativo na construção do sistema público foi a aprovação, em 2008, da lei 11.652, que institui os princípios e objetivos da radiodifusão pública no país e cria a Empresa Brasil de Comunicação como expressão de um sistema livre da interferência econômica ou governamental, em consonância com o artigo 223 da Constituição Federal.

A EBC (Empresa Brasil de Comunicação) é fruto dessa luta e um patrimônio de todos os brasileiros, que veem ali colocadas suas mais diferentes expressões culturais e de opinião. Para assegurar o caráter público, a Lei 11652 trouxe mecanismos importantes, como o Conselho Curador (órgão com representação da sociedade e dos trabalhadores), a Ouvidoria e a

proteção do mandato do diretor-presidente, impedindo que este seja trocado a partir de cada mudança do Executivo. Esses instrumentos são essenciais para que a empresa responda à sociedade, e não a partidos ou governos de plantão. Por isso, respeitar os princípios legais que zelam pela autonomia desta empresa pública é princípio essencial para todos que acreditam na democracia e na diversidade de vozes.

A BBC, empresa pública de comunicação inglesa, com quase 100 anos de existência, está sustentada sobre esses pilares. Seguindo seus passos, em apenas oito anos de funcionamento, os veículos da EBC fizeram valer o artigo constitucional que prevê a complementariedade dos sistemas de comunicação no Brasil. A empresa estabeleceu como missão contribuir para a formação crítica das pessoas. Entre seus valores estão a independência nos conteúdos, na transparência e na gestão participativa. Os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania completam essa lista, juntamente com a diversidade cultural, a criatividade, a inovação e a sustentabilidade.

A TV Brasil buscou levar mais diversidade étnico-racial para a tela de brasileiros e brasileiras, com ampliação de representações negras na pauta jornalística e na programação cultural, seja por meio de filmes, desenhos animados ou programas de entrevista. As agências da EBC, Agência Brasil e Radioagência Nacional, distribuíram conteúdo gratuitamente para milhares de jornais, blogs e emissoras de rádio, que não teriam condições de informar devidamente a população sobre os fatos e direitos políticos, econômicos e sociais.



Resumo de Notícias

Em apenas oito anos, as equipes de jornalismo da EBC conquistaram ou foram finalistas de diversos prêmios, principalmente pela cobertura de direitos humanos. Entre eles, os prêmios Vladimir Herzog, Líbero Badaró, Tim Lopes, Abdias do Nascimento, Esso e Embratel. As emissoras de rádio ampliaram o espaço para a produção musical independente, o esporte e a informação. Está sob a administração da EBC rádios com importância histórica, interesse público e relevância atual como as rádios Nacional do Rio, MEC AM e FM do Rio, Nacional da Amazônia, Nacional do Alto Solimões, Nacional de Brasília e Nacional FM de Brasília.

Alertamos para os perigos que esse patrimônio da sociedade brasileira corre. Repudiamos a decisão do governo interino de destituição ilegal do diretor-presidente em plena vigência de seu mandato, publicada

no Diário Oficial da União deste dia 17 de maio, e exigimos a imediata revogação da medida, com sua manutenção no cargo. Também nos questionamos ameaças que circulam por meios não oficiais, como a redução da estrutura de pessoal ou o desvirtuamento dos princípios, objetivos e missão da empresa, bem como qualquer ataque à Lei da EBC e ao projeto da comunicação pública. A EBC, que sempre esteve ligada à sociedade por meio do seu Conselho Curador, representativo das esferas da sociedade civil, governo, setor privado e empregados, não pode ter seus alicerces legais e finalidades atingidas pelo governo interino. Este projeto não pertence ao Executivo nem a qualquer partido, mas à sociedade brasileira.

Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública

18/05/2016 - Instituto Telecom

Atores denunciam golpe no Brasil durante sessão de gala em Cannes

O golpe que afastou do cargo a presidenta eleita, Dilma Rousseff, foi motivo de protesto nesta terça-feira (17) na sessão de gala do filme brasileiro "Aquarius", que concorre à Palma de Ouro no Festival de Cannes (França) deste ano.

A equipe do filme brasileiro, com o diretor Kléber Mendonça Filho e os atores Humberto Carrão e Maeve Jinkings à frente, exibiram cartazes em inglês e francês no topo da escadaria que leva ao Palácio dos Festivais denunciando o golpe articulado por Michel Temer. "O mundo não pode aceitar este governo ilegítimo", "Um golpe está acontecendo no Brasil", "54.501.118 de votos foram queimados", "Misóginos, racistas e impostores como ministros" e "Dilma, vamos resistir com você" foram alguns dos cartazes levados pelos artistas.

Por orientação do diretor do Festival de Cannes, Thierry Fremaux, a equipe do evento filmou o protesto. Já na sala de exibição, os convidados do filme estenderam uma faixa pedindo que o golpe fosse paralisado no Brasil (em inglês, "Stop the coup in Brazil"). Na sala de imprensa do festival, os jornalistas aplaudiram a manifestação.

Antes do protesto, Kléber Mendonça Filho, que também dirigiu o filme "O Som ao Redor", e a atriz Sonia Braga, protagonista de "Aquarius", deram entrevistas criticando o golpe de Estado no Brasil. O diretor disse não ter dúvidas de que se trata de um golpe de Estado, enquanto a atriz revelou preocupação com a manipulação das informações e com a divisão do país.

"Penso que o que está acontecendo, a manipulação da tomada do poder, tem que ser exposto ao mundo inteiro", afirmou a Sonia Braga. "Uma das coisas que mais me preocupa é como o Brasil está dividido. Nunca havia visto o meu país tão dividido."

"É um paradoxo tão grande estar em Cannes representando o cinema nacional nesse momento", disse a atriz Maeve Jinkings, que vive a filha de Sonia Braga no filme. "Existe um trabalho colossal por trás dessa seleção do filme em Cannes. O cinema só está produzindo uma média de 130 longas por ano porque tivemos leis de incentivo. Na última vez em que sofremos um grande baque, na era Collor, produzimos um ou dois filmes por ano apenas. Não podemos nunca voltar a isso."



Resumo de Notícias

18/05/2016 - Telesíntese

Bittar vai deixar a Telebras. Rezende fará a transição

O ex-deputado e engenheiro Jorge Bittar aguarda apenas a indicação do novo presidente para deixar a Telebras. João Rezende, presidente da Anatel, que manifestou vontade de deixar o cargo ainda antes do afastamento da presidenta Dilma Rousseff, por motivos pessoais, vai ficar para fazer a transição.

A formação dos dirigentes do setor de telecomunicações, comunicações e informática no governo interino de Michel Temer ainda está indefinida. Assessores do ministro Gilberto Kassab informam que ele ainda está "tomando pé da situação", ouvindo pessoas e recebendo indicações. É provável, dizem, que no início da próxima semana os nomes dos secretários de Telecomunicações e Informática já estejam definidos. Quanto à radiodifusão, se toda a parte cartorial (concessões e autorizações) por mesmo para a Anatel, como reivindica a Abert, pode ser que a secretaria de Comunicação Eletrônica seja extinta e suas atribuições, de formulação de políticas, concentradas na secretaria executiva. Nada está ainda está claro.

O que está definido é a saída de Jorge Bittar da presidência da Telebras. Por motivos políticos, ele já manifestou sua intenção de deixar imediatamente o cargo. Aguarda apenas a indicação de seu substituto. Ao deixar a Telebras, será acompanhado pelos demais diretores da empresa, três deles indicados pelo ex-ministro André Figueiredo, do PDT.

João Rezende mantém sua intenção de deixar a Anatel, por motivos pessoais. Há sete anos no cargo de conselheiro, dos quais cinco como presidente, vem manifestando a diferentes interlocutores que está cansado. Já tinha essa intenção bem antes do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Seu mandato de presidente se encerra em dezembro e o de conselhei-

ro em 2018. Mas já se comprometeu com o ministro Kassab a permanecer no cargo para fazer a transição. Sua intenção, dizem interlocutores, é ficar até meados de agosto, a não ser que as pressões para que cumpra seu mandato atual de presidente até o final fiquem fortes demais.

Na reunião de segunda-feira (16) com o ministro Kassab, Rezende fez uma apresentação sobre a Anatel e o setor. Na pauta, os pontos principais da agenda de 2016, como a definição do futuro das concessões, os TACs das operadoras, a TV digital e o desligamento do sinal analógico, e a franquia da banda larga fixa. E o assunto de ordem interna, o orçamento da agência para 2016, no valor de R\$ 137,4 milhões com limite de empenho de R\$ 70,2 milhões. Os valores são tão apertados que comprometem o funcionamento da entidade, já que só o call center custa R\$ 45,8 milhões por ano. Na próxima segunda-feira (23), Kassab vai visitar a agência e falar aos servidores.

Também o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Francisco Ibiapina, que aguarda apenas o final da transição para deixar o cargo, se reuniu com a equipe de Kassab, por dois dias, para fazer uma apresentação dos principais programas do ministério extinto. Entre eles, o destaque é a banda larga dentro do programa Brasil Inteligente, lançado por Figueiredo pouco antes de deixar o cargo. Trata-se da nova fase do Banda Larga para Todos.



Resumo de Notícias

18/05/2016 - Carta Maior

A volta da classe do privilégio

A classe do privilégio aproveitou a oportunidade para agravar a crise econômica e, pela porta dos fundos, chegar ao Planalto.

O principal problema brasileiro que atravessa toda nossa história é a monumental desigualdade social que reduz grande parte da população à condição de ralé.

Os dados são estarrecedores. Segundo Marcio Pochman e Jessé Souza, que substituiu Pochman na presidência do IPEA são apenas 71 mil pessoas (ou 1% da população que representa apenas 0,05% dos adultos), multibilionários brasileiros, que controlam praticamente nossas riquezas e nossas finanças e através delas o jogo político. Essa classe dos endinheirados, que Jessé Souza chama de classe do privilégio, além de perversa socialmente é extremamente hábil pois se articula nacional e internacionalmente de tal forma que sempre consegue manobrar o poder de Estado em seu benefício.

Estimo que seu maior feito atual foi vergar a orientação da política dos governos Lula-Dilma na direção de seus interesses econômicos e sociais, apesar das intenções originais do governo de praticar uma política alternativa, própria de um filho da pobreza e do caos social, como era o caso de Lula.

A pretexto de garantir a governabilidade e de evitar o caos sistêmico, como se alegava, essa classe do privilégio conseguiu impor o que lhe interessava: a manutenção inalterável da lógica acumuladora do capital. Os projetos sociais do Governo não a obrigava a renunciar a nada, antes, eram funcionais a seus propósitos. Chegavam a dizer entre si, que em vez de nós, da elite, governarmos o país, é melhor que o PT governe, mantendo intocáveis nossos interesses históricos, com a vantagem de não termos mais nenhuma oposição. Ele assina em baixo de nossos projetos essenciais.

Essa classe de endinheirados coagia o governo a pagar a dívida pública antes de atender as demandas históricas da população. Assim quitava-se a dívida

monetária com sacrifício da dívida social, que era o preço para poder fazer as políticas sociais. Estas, nunca havidas antes, foram robustas e incluíram cerca de 40 milhões de pobres no consumo.

Os mais críticos perceberam que esse caminho era demasiadamente irracional e desumano para ser prolongado. Foi aqui que se instalou um estremecimento entre os movimentos sociais e o governo Lula-Dilma.

Tudo indicava que, com quatro eleições ganhas, apesar dos constrangimentos sistêmicos, se consolidava um outro sujeito de poder, vindo de baixo, das grandes majorias oriundas da senzala e dos movimentos sociais. Estas começaram a ocupar os lugares e usar os meios antes reservados à classe média e aos da classe do privilégio que, no fundo nunca aceitou o operário Lula e nunca se reconciliou com o povo, antes o desprezava e humilhava. Foi aí que os antigos donos do poder despertaram raivosamente, pois poderiam pela via do voto nunca mais chegar ao poder.

Instaurada uma crise político-econômica sob o governo Dilma, crise cujos contornos são globais, a classe do privilégio aproveitou a oportunidade para agravar a situação e, pela porta dos fundos chegar ao Planalto. Criou-se uma articulação nada nova, já ensaiada contra Vargas, Jango e Juscelino Kubitschek assentada sobre o tema moralista do combate à corrupção, salvar a democracia (a deles que é de poucos). Para isso era necessário suscitar a tropa de choque que são os partidos da macroeconomia capitalista (PSDB, PMDB e outros), apoiados pela imprensa empresarial que foi o braço estendido das forças mais conservadoras e reacionárias de nossa história com jornalistas que se prestam à distorção, à difamação e diretamente à difusão de mentiras.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-volta-da-classe-do-privilegio/4/36127>

18/05/2016 - Rede Brasil Atual

Governo interino cancela 11.250 unidades do Minha Casa, Minha Vida

MTST aponta primeiro corte efetivo em programas sociais do "governo ilegítimo de Temer" e promete intensificar mobilização



O ministro interino das Cidades, Bruno Araújo (PS-DB-PE), revogou ontem (17) portaria editada no governo Dilma que autorizava a contratação de 11.250 unidades do Minha Casa, Minha Vida Entidades. O ministério alega que a medida foi assinada sem os recursos necessários e que, a partir de agora, equipes técnicas "vão analisar e discutir o modelo de habilitação na modalidade Entidades."

Os empreendimentos cancelados contemplariam unidades nos estados da Bahia, Ceará, Alagoas e Amazonas que seriam destinadas à faixa 1 do programa, que atende famílias com renda mensal de até R\$ 1.800.

Em nota, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) afirma tratar-se do "primeiro corte efetivo em programas sociais realizado pelo governo ilegítimo de Michel Temer" e promete responder à decisão com manifestações de rua.

"Somada a anúncios desastrosos em relação ao SUS, às universidades públicas, à previdência social e à cultura, dentre outros, esta iniciativa – capitaneada pelo tucano Bruno Araújo – mostra a que vem e a quem serve o governo golpista", diz a nota do MTST. O movimento afirma que organizará mobilizações "contundentes" nos próximos dias, em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e outras capitais, "contra o

sequestro dos recursos da moradia popular pelos que também usurparam o comando do Estado brasileiro".

O programa Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009 pelo governo Lula. Desde então, mais de 10 milhões de pessoas foram beneficiadas com a entrega de 2,6 milhões de moradias em todo o país. Só no estado de São Paulo, cerca de 458 mil unidades foram entregues.

Confira a íntegra da nota:

NOTA DO MTST SOBRE CORTES NO MINHA CASA MINHA VIDA

Hoje, o Ministério das Cidades publicou decisão que suspende a contratação de mais de 10 mil moradias selecionadas no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, destinadas a famílias de baixa renda (Faixa 1).

Este foi o primeiro corte efetivo em programas sociais realizado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer, que até ontem anunciava que não tocaria nos recursos para programas sociais.

Somada a anúncios desastrosos em relação ao SUS, às universidades públicas, à previdência social e à cultura, dentre outros, esta iniciativa - capitaneada pelo tucano Bruno Araújo - mostra a que vem e a quem serve o governo golpista.

Nossa resposta será nas ruas. O MTST organizará mobilizações contundentes nos próximos dias em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e várias capitais contra o sequestro dos recursos da moradia popular pelos que também usurparam o comando do Estado brasileiro.

Mexeram com o formigueiro. Saibam eles que os trabalhadores sem-teto não aceitarão este retrocesso. As ruas derrubarão esta medida inconsequente e antipopular.

**Não tem arrego! Nenhum direito a menos!
Coordenação Nacional do MTST**